

## 18.A RAPOSA E O LEÃO: AS QUALIDADES DO GOVERNANTE EM MAQUIAVEL

**Bruno Amaro Lacerda**

**Vinícius Antônio Toscano Simões Nabak**

O *príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527), é uma das obras mais controversas da literatura ocidental. Pode-se, porém, afirmar com segurança que esse breve livro, dedicado pelo florentino ao “Magnífico Lourenço de Médici”, rompeu com o pensamento político tradicional e trouxe novas orientações para a ação política dos principados do seu tempo.

São conhecidas as características da proposta maquiavelina: primeiro, os apontamentos feitos dedicam-se ao governo de monarcas, existindo particularidades sobre as repúblicas que ali não são abordadas; segundo, não se trata propriamente de uma apologia das ações descritas, mas simplesmente de mostrar como as glórias e os fracassos de governantes de tempos remotos e outros não tão distantes podem ser úteis para o sucesso dos novos príncipes.

Maquiavel emprega dois conceitos para orientar a ação dos governantes. A *virtù* perde o sentido de *excelência moral* ou valor espiritual para expressar uma “flexibilidade moral” ou “disposição de fazer tudo aquilo que se requer de um príncipe” (SKINNER, 1988, p. 65), ao passo que a *fortuna* designa uma sorte temporal, uma oportunidade que se apresenta e testa o homem de *virtù*.

Assim, o fato de um príncipe possuir *virtù* não o protege de uma derrota ou garante por si só um bom governo, pois ele tem de dobrar a *fortuna* fazendo tudo o que é preciso para a manutenção da ordem estabelecida, sem se prender a parâmetros religiosos ou à ética tradicional. Não por coincidência, Maquiavel põe como exemplo de governante *virtuoso* o duque César Bórgia, político que soube em muitos momentos se aproveitar da fortuna:

(...) César Bórgia, mais conhecido como duque Valentino, conquistou o poder graças à fortuna do pai e com ela mesma o perdeu, conquanto tenha agido e

feito tudo aquilo que um homem prudente e virtuoso deveria ter empreendido a fim de lançar raízes nos territórios que as armas e a fortuna alheias lhe haviam concedido (MAQUIAVEL, VII).

A figura de Bórgia como político dotado de *virtù* pode ser vista em um dos episódios da conquista da Romanha aprovados por Maquiavel:

Assim, após conquistar a Romanha, antes comandada por senhores fracos, os quais preferiam espoliar seus súditos a corrigi-los (...), o duque achou por bem submetê-la a um governo firme, a fim de pacificá-la (...); para tanto ele nomeou Ramiro de Lorqua, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes. Em pouco tempo, seu preposto pacificou e uniu a província, conquistando enorme reputação. Então o duque julgou inconveniente tão grande autoridade e, temendo que ela se tornasse odiosa, instituiu um tribunal civil (...). E, sabendo que alguns excessos do passado haviam gerado certo ódio contra ele, a fim de purgar o ânimo daqueles povos e reconquistá-los inteiramente, o duque quis mostrar que, se tinha havido alguma crueldade, ela não partira de si, mas da natureza acerba de seu ministro (MAQUIAVEL, VII).

Esse episódio retrata três aspectos essenciais da ação virtuosa do príncipe: a finalidade, os meios e a imagem. Para Maquiavel, o fim de qualquer ação de governo é a estabilidade, pois somente em situações de segurança o governante desfrutará de sua posição e conseguirá realizar ações benéficas ao povo, deixando sua marca na história. Para tanto, ele deve considerar viável qualquer meio de atingir esse fim: “não se afastar do bem, se possível, mas saber entrar no mal, se necessário” (MAQUIAVEL, XVIII). Por fim, a imagem do príncipe é fundamental para sua permanência no poder, razão pela qual Maquiavel dedica o capítulo XVII, “Da crueldade e da piedade, e se é melhor ser amado que temido” a esse tema, concluindo pela prevalência do temor em face do amor e afirmando que as penas cruéis não devem atingir a propriedade, “pois os homens se esquecem com maior rapidez da morte de um pai que da perda do patrimônio” (MAQUIAVEL, XVII).

No capítulo seguinte, ele afirma que “é necessário que ele (o príncipe) tenha um espírito disposto a voltar-se para onde os ventos da fortuna e a variação das coisas lhe ordenarem” (MAQUIAVEL, XVIII). Foi pensando nisso, pensa o florentino,

que Bórgia ordenou o assassinato de Ramiro de Lorqua e a posterior exposição pública do seu corpo. Com essa ação (aprovada por Maquiavel como exemplo de *virtù*), ele buscava agradar ao povo que havia padecido nas mãos do seu preposto e, assim, estabilizar seu próprio governo.

Nesse mesmo capítulo, Maquiavel apresenta a metáfora que melhor simboliza o príncipe. Por meio de duas alegorias clássicas da Antiguidade, a raposa e o leão, o florentino responde como o governante deve atuar politicamente:

(...) deve ser do conhecimento geral que existem duas matrizes de combate: uma, por meio das leis; outra, pelo uso da força. A primeira é própria dos homens, a segunda, dos animais. Contudo, como frequentemente a primeira não basta, convém recorrer à segunda: por isso um príncipe precisa saber valer-se do animal e do homem. (...) E, posto que é necessário que um príncipe precisa saber usar do animal com destreza, dentre todos ele deve escolher a raposa e o leão, pois o leão não pode defender-se de armadilhas, e a raposa é indefesa diante dos lobos; é preciso, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para afugentar os lobos – aqueles que simplesmente adotam o leão não entendem do assunto (MAQUIAVEL, XVIII).

Assim, é na astúcia da raposa e na força do leão que Maquiavel enxerga as melhores qualidades do príncipe: este deve ser ardiloso para conhecer a situação de perigo e vigoroso para enfrentá-la, impondo-se pelas leis e pela guerra. Na obra de Cícero, no entanto, um dos muitos escritores antigos com os quais Maquiavel dialoga, essas mesmas figuras eram empregadas para descrever o governante vicioso, distante do bem e da utilidade comum. Comentando sobre Aníbal e a Segunda Guerra Púnica, ele diz em *De officiis*:

O erro pode ser cometido de duas maneiras: pela força ou pela fraude, ambas bestiais, pois a fraude é típica da raposa e a força do leão; ambos totalmente indignos, mas a fraude é mais desprezível. Mas de todas as formas de injustiça, nenhuma é mais injusta do que aquele hipócrita que, no momento de maior falsidade, faz disso uma oportunidade de parecer virtuoso (CÍCERO, I, xiii-xvi, 41).

Percebe-se um nítido afastamento de Maquiavel das lições dos clássicos que ele conhecia tão bem: a virtude (*virtù*) é a conjugação da astúcia com a força e não mais a prática do bem, da justiça e das outras virtudes morais. Se para os antigos o abandono da moralidade importava em desprezo pela condição humana e em exaltação da vida animal, para o florentino a humanidade como valor moral não basta ao príncipe: é preciso também certa dose de bestialidade para todo governante que pretenda manter seu poder neste mundo.

### Referências

CÍCERO, Marco Tulio. **De officiis**. New York: The Macmillan co., 1913 (The Loeb Classical Library).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2010.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. São Paulo: Brasiliense, 1988.